



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

DOI: <https://doi.org/10.20873/EDITORIAL>

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM DEBATE POSSIBILIDADES, DESAFIOS E LACUNAS

*Um preto, um pobre
Uma estudante, uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite, revólver: Cheira cachorro
Os humilhados do parque com os seus jornais*

*Amar e mudar as coisas me interessa mais
(Alucinação, Belchior).*

Vanda Micheli Burginski¹
Teresa Cristina Moura Costa²

O dossiê “**Curricularização da Extensão em Debate**” da Revista Capim Dourado: diálogos em extensão, vinculada à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem por objetivo divulgar artigos científicos e relatos de experiência em extensão universitária em torno da curricularização da extensão universitária, suas possibilidades, desafios e lacunas.

¹ Assistente Social. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação/IE/UFMT, na linha “Movimentos Sociais, Política e Educação Popular”. Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFT. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS). Compõe a Coordenação Nacional do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS (2021-2022/2023-2024). E-mail: burginski@uft.edu.br

²Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Serviço Social da UFPI (2021-2023). Coordenadora de Graduação da regional Norte da ABEPSS, Gestão “Aqui se Respira Luta” (2021-2022). Membro da equipe da pesquisa “História e memória do Serviço Social no Piauí”. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br

Esse número chega em boa hora, uma vez que a curricularização da extensão tem mobilizado as universidades com o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014) que em sua meta 12.7, responsabiliza as IES a “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, PNE, 2014, s/p).

Assim, a partir de 18 de dezembro de 2018, por meio da Resolução Nº 07, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, a creditação da extensão universitária passa a ser obrigatória. A princípio, as IES teriam até 2021 para sua implantação, observando o disposto no Art. 14 da Resolução CNE/CES Nº 07 DE 2018:

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Com a pandemia da Covid-19 e as dificuldades enfrentadas pelas IES mediante os diversos aspectos que integram a formação e a gestão universitária, o despacho de 24 de dezembro de 2020, assinado pelo Ministro da Educação à época, estabeleceu a prorrogação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, dentre elas cabe destacar a Resolução CNE/CES nº 17/2018, que estabelece as diretrizes e metas para a curricularização da extensão no ensino superior, ficando estabelecida a data limite 19 de dezembro de 2022 para a realização da curricularização da extensão.

O que nos alude a constatar que grande parte do debate sobre a creditação da extensão nos cursos de graduação das IES tenha se realizado durante e pós-pandemia, o que certamente influenciará na forma como essas ações foram

pensadas e incorporadas nos diversos currículos acadêmicos. Por ser um contexto adverso, constatamos também que, em algumas realidades, a curricularização foi realizada de forma aligeirada para atender prazos institucionais.

Entretanto, a curricularização da extensão universitária tem sido recebida como extremamente positiva, já que a mesma se encontra profundamente subalternizada em relação à pesquisa e ao ensino no interior das universidades. A sobrecarga de trabalho docente, as exigências de produtividade acadêmica pelas agências de fomento e a ausência de financiamento são apontados como elementos que contribuem para a desvalorização ou descontinuidade das ações de extensão na formação universitária.

Nota-se também que o orçamento destinado à extensão universitária tem sido pouco debatido. No período de 2003-2011 destacou-se como o momento de maiores investimentos financeiros, por meio de financiamento de áreas específicas e/ou através de editais com temáticas estabelecidas, em geral articuladas aos interesses de organizações multilaterais e internacionais. Apesar de importante, não foi suficiente no sentido de estruturar essa dimensão da formação no ensino superior, tampouco essas ações conseguiram tomar impulso para fortalecer valores democráticos, de emancipação política e humana, capazes de dissipar a cultura autoritária e elitista que conforma nosso país. Não é coincidência que em tempos tão adversos, seja tão importante suscitar essa reflexão.

As maiores preocupações levantadas acerca da curricularização da extensão se referem às regressões relacionadas à perda gradual do caráter de gratuidade no interior das IES, a partir das parcerias público-privadas e com as terceirizações. Em relação às terceirizações é necessário ressaltar que ainda não atingiram todos os segmentos de trabalhadores e trabalhadoras das universidades públicas devido a luta política e a capacidade organizativa das categorias profissionais. Mas, a cobrança de mensalidades em cursos de especialização *lato sensu*, bem como

outras modalidades de cobrança em atividades de formação que inclusive abarcam as ações de extensão, se constituem realidade.

A política de educação superior à luz das orientações neoliberais incorpora modelos de gestão que introduzem privatizações internas, atingindo a autonomia universitária e dando novos sentidos às formas de gestão pública e às próprias atividades acadêmico-científicas. Não se trata de processos recentes, mas seus efeitos atingem em cheio o “chão da universidade pública” submetendo as atividades pedagógicas e extensionistas à lógica do mercado, pois “a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade” (GENTILI, 1996, p. 20).

Compreendemos que a extensão é um elemento constitutivo da política de educação superior e, como tal é alvo de disputas classistas e de diferentes concepções sobre a sociedade e seus sujeitos. O ensino superior serve tanto como suporte para valorização do capital, por meio de uma maior funcionalidade e menor abrangência das políticas públicas, canalizando o fundo público e o orçamento existente para projetos de interesse dos setores da burguesia.

É possível notar que, no interior das universidades públicas, projetos acadêmicos voltados para o desenvolvimento de áreas econômicas que beneficiam a burguesia, como por exemplo, voltados ao agronegócio, são amplamente beneficiados com prédios, estruturas e recursos advindos da gestão universitária e do Estado. São investimentos em infraestruturas que a grande maioria dos cursos universitários não dispõe, configurando uma intensa desigualdade no interior da universidade e estabelecendo regras, normativas e formas funcionamentos em que o mérito acadêmico é reduzido à capacidade de captação de recursos. Precisamos rever e (des)privatizar interesses e privilégios desses setores no interior da universidade pública.

Com todas as dificuldades na correlação de forças na atualidade, a extensão universitária tem se configurado como espaço de formação de princípios ético-políticos identificados com as classes subalternas. É nessa formação que a extensão universitária ocupa um papel privilegiado. As maiores possibilidades dessa dimensão formativa se encontram nos princípios que foram normatizados em diversos documentos que regulamentam a política de extensão universitária.

A Política Nacional de Extensão Universitária, construída pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproex) caracteriza a extensão como prática acadêmica, que deve ser realizada em acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, “de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 16). O referido documento também reafirma a articulação da extensão universitária com os movimentos sociais:

[...] a articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais também deve estar pautada pela competência, espírito crítico e autonomia, mas deve também buscar preservar a autonomia desses movimentos, estabelecendo com eles relações horizontais, de parceira, renunciando, assim, a qualquer impulso de condução ou cooptação. Esta é uma das esferas de Extensão Universitária em que a diretriz de interação dialógica adquire centralidade. Na interação com os movimentos sociais, a Universidade apreende novos saberes, valores e interesses, os quais são importantes para a formação de profissionais mais capazes de promover um desenvolvimento ético, humano e sustentável. Ao mesmo tempo, a Universidade pode contribuir com os movimentos sociais oferecendo cursos de capacitação, atualização e ou de formação de lideranças e quadros. Exemplo de iniciativa nessa direção é a organização de seminários ou encontros destinados a estimular reflexões conjuntas sobre temas da realidade brasileira ou internacional.

A normatização da extensão legitima possibilidades de se realizar atividades extensionistas que estejam socialmente referenciadas nos interesses emancipatórios da classe trabalhadora e pode se constituir em força hegemônica (no sentido gramsciano) que aglutina projetos societários alternativos à ordem social vigente, que à luz da Constituição Federal de 1988 são legítimos. É importante

fortalecer os princípios da extensão universitária, quais sejam: devem se pautar por uma educação comprometida com a perspectiva crítica e de mudança da sociedade/realidade; que se constrói por meio do diálogo entre universidade e sociedade prezando pela troca democrática entre os sujeitos sociais e saberes.

Assim, a Resolução nº 18 CNE/2018 reafirma como uma de suas concepções e práticas, “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (BRASIL, Resolução CNE/CES Nº 07 DE 2018).

Nesse aspecto, cabe destacar o protagonismo desenvolvido pelo Forproex que tem posicionamentos alinhados à concepção de uma universidade pública socialmente referenciada e popular. Mas em seu interior também ocorrem disputas, daí a importância de evidenciar os marcos legais e as tensões a respeito. Uma das principais tensões é o ressurgimento da modalidade de prestação de serviços, que teve maior ênfase no período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Atualmente, a creditação da extensão pode ser feita a partir de cinco (05) modalidades, a saber: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços. Algumas universidades selecionaram para a creditação apenas programas e projetos, outras todas as modalidades, exceto a prestação de serviço, ou quando mencionaram esta modalidade reafirmaram o direcionamento dado pela PNE (ABEPSS, 2022), que concebe a prestação de serviço da seguinte forma:

A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social (PNE, 2012, p. 38)

A prestação de serviços prevista como uma modalidade de extensão tende a incorporar atividades privadas, que estão vinculadas às demandas do mercado, em ações que vão se autonomizando e, que, em algumas situações não entram em

disputa pelo financiamento privado, muitas vezes recebendo uma normatização específica no interior das universidades públicas, contribuindo para a proliferação das parcerias público-privadas e, por conseguinte para a privatização interna das IES.

Orientação pela qual a extensão universitária se torna mecanismo de reprodução social, consolidando as condições sociopolíticas que historicamente sempre estiveram voltadas para os interesses do capital e das elites brasileiras, sem contribuir com quaisquer alterações substantivas para reduzir/eliminar desigualdades sociais, assimetrias regionais ou transformar a realidade social brasileira.

Portanto, se faz necessário acompanhar o atual processo de curricularização da extensão no interior das universidades brasileiras, em especial, as universidades públicas a fim de compreender como essas concepções estão sendo incorporadas nos diversos cursos de graduação do país. Além disso, a ausência de recursos organizacionais e financeiros podem ser entraves para a implantação e implementação da creditação curricular em ações de extensão, o que inviabiliza sua concretização e podem não surtir quaisquer efeitos sobre a vida acadêmica.

Outro aspecto a ser analisado está relacionado à ausência de inserções de atividades “extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes” (FORPROEX, Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 14). Como alerta Alfredo Balduino Santos (2020, p. 208):

Que a creditação da extensão sem abordagem piegas traga a literatura em sua absoluta diversidade, os temas que transversalizam a vida sem cortes, sem censura, que possamos estudar e compreender toda a gama de diversidade que as relações humanas permitem e nos impõe: diversidade étnica, diversidade religiosa, diversidade sexual, diversidade de toda ordem. Diversidade que reconheça, acolha, estude, aprenda, ensine. Enfim, que a creditação da extensão, não caia na armadilha de ser mais do mesmo, numa simples transposição do currículo do ensino para a extensão.

É com interesse de *mudar as coisas* que o presente dossiê é organizado. Na seção de artigos temáticos destaca-se o debate realizado por Unidades de Formação Acadêmica (UFA) acerca das concepções de curricularização da extensão, com destaque para os cursos de bacharelado em Serviço Social que vem se mobilizando nacionalmente através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)/Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESSO), com o objetivo de auxiliar nas reformulações dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação³. A contribuição trazida pela ABEPSS vai ao sentido de pensar a extensão universitária em consonância com as concepções balizadas na Política Nacional de Extensão Universitária, a partir da educação popular, comunicativa, orientada para os processos de emancipação humana e em articulação com os movimentos sociais e lutas populares. Colocando como desafios trazer os acúmulos das experiências com a educação popular e os movimentos sociais e aproximar a categoria profissional à essas referências.

O artigo que inaugura o dossiê, **Curricularização da Extensão nos Cursos de Serviço Social: contribuições da Abepss**, de autoria de Marina Monteiro de Castro e Castro, apresenta as contribuições da entidade para o debate da curricularização da extensão, destacando a concepção de extensão defendida, os direcionamentos para a defesa desta e as indicações referentes às alterações dos projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Na sequência, o texto de autoria de Kênia Augusta, Fabrícia Cristina e Simone Rocha acerca da **Curricularização da Extensão Universitária: uma perspectiva de classe à luz do projeto ético político do Serviço Social** percorre

³Destacamos como materiais a serem consultados acerca da proposta de curricularização da extensão para os cursos de Serviço Social os Documentos: **Curricularização da Extensão e Serviço Social (2022)**; **Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social (2023)**. E as Lives: Lançamento do documento Curricularização da Extensão no Serviço Social, transmitida pela TV ABEPSS em 26 de maio de 2021; “Lutas Sociais e Questão Social no Brasil: diretrizes curriculares do Serviço Social em debate”, transmitida pela TV ABEPSS em 28 de julho de 2021. Disponíveis em: <https://www.abepss.org.br/>

um caminho histórico crítico da política de Educação no Brasil, a qual considera que suas bases se fundamentam na relação de classes, o que dialoga diretamente com o Serviço Social, uma vez que as expressões da Questão Social são estruturantes para a intervenção profissional, sendo o projeto ético político um referencial teórico-metodológico relevante para a superação dos desafios elencados, bem como para a própria organização da Extensão no Serviço Social.

O artigo intitulado **Curricularização da Extensão no Curso de Serviço Social da UFMA**, escrito por Selma Maria de Oliveira Brandão e Zaira Sabry Azar aborda os principais momentos da renovação crítica do projeto de formação profissional no Curso de Serviço social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) iniciada no final da década de 1970 e a influência da extensão universitária neste processo, com ênfase na revisão curricular. Destaca-se de maneira indicativa os desafios da curricularização da extensão na atual conjuntura.

Outra experiência acerca da curricularização da extensão é trazida pelas autoras Teresa Cristina Moura Costa e Sofia Laurentino Barbosa Pereira acerca dos **Desafios na Curricularização da Extensão no Curso de Serviço Social da UFPI**, em que destacam o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) realizado em 2007 e a incorporação da curricularização da extensão. A experiência, ainda em construção, permitiu visualizar a potencialidade na oferta de programas e projetos continuados de extensão, além de outras atividades que permitem uma formação profissional ampla e que considera a extensão fundamental como espaço de diálogo e troca com diferentes públicos e demandas da sociedade. Os grandes desafios para que essas ações se materializem na sua plenitude se deve aos limites impostos pelo projeto privatista de educação superior no contexto atual.

O artigo intitulado **Extensão na Universidade Pública: uma experiência do Serviço Social na UFF**, de autoria de Eblin Farage, Thais Gomes da Silva e Sabrina dos Santos Dias nos convoca a reafirmar a extensão como uma importante

contribuição para a formação profissional do Serviço Social e explicita duas importantes experiências de extensão universitária em instituição pública brasileira no curso de Serviço Social e, ao mesmo tempo, aborda as contradições no processo de curricularização.

O artigo **Possibilidades de Curricularização Extensionista: aulas experimentais de química em tempos de pandemia de Covid-19**, escrito pelos autores Alexandre Monteiro de Camargo, Thiago Antunes-Souza e Simone Alves de Assis Martorano tem por objetivo socializar uma experiência de curricularização da extensão que foi adaptada para ser desenvolvida de forma remota em função da pandemia da Covid-19. Os resultados evidenciam que a produção de vídeos de experimentos, *podcasts* e encontros coletivos para aplicação de experimentos com alunos da educação básica contribuíram efetivamente para a formação dos licenciandos que tiveram que adaptar sua prática pedagógica para o contexto pandêmico e, também, aos alunos de educação básica que, isolados de sua casa, tiveram oportunidade de participar de atividades coletivas de experimentação.

Por fim, fechando a seção de artigos, apresentamos o texto **A Experiência do Processo de Curricularização da Extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT): a tessitura necessária entre a extensão, pesquisa e ensino**, de Josivânia Sousa Costa Ribeiro e Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem, em que aborda o processo da curricularização da extensão na UFT, indicando os avanços no sentido da compreensão epistemológica da extensão universitária, devido às ações realizadas pela gestão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX).

Os artigos abordam diferentes trajetórias institucionais acerca da curricularização da extensão, bem como experiências consolidadas de projetos de extensão que se constituem em referência nacional. Importante salientar que a prática extensionista dentro do Serviço Social evidencia o seu potencial de mediação entre teoria e prática e em algumas realidades se constitui como campo de estágio e

momento privilegiado de articulação com os sujeitos sociais coletivos (GTP Movimentos Sociais e Serviço Social/ABEPSS, 2023). O significado atual da relação do Serviço Social com os movimentos sociais consiste em evidenciar que:

[...] os traços de luta e resistência que esses sujeitos [movimentos sociais e grupos subalternos] acionam no enfrentamento da questão social abrem novos horizontes para o exercício profissional – tensionam as correlações de força institucionais; colocam novas requisições que desafiam os clássicos procedimentos de intervenção; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas orientadas à passivização dos sujeitos coletivos - , assim como trazem conhecimentos e competências que enriquecem o perfil profissional (MARRO, 2011, p. 320).

Dialogar com a educação popular é uma das principais tarefas da atualidade no sentido de criar e fortalecer espaços de verdadeira vivência democrática, em que ela (educação popular) pode ser uma aliada. A educação popular a qual referenciamos não negligencia as estruturas do sistema de exploração que caracteriza a sociedade capitalista, como enfatizou Freire (1986, p. 102): “não acredito na possibilidade de superar o racismo e o sexismo num modo de produção capitalista, numa sociedade burguesa”.

Freire realça as dimensões da opressão sofridas pelas classes populares, pois nas sociedades dependentes governadas por interesses de classes e nações imperialistas, a população é manipulada como estratégia de invasão cultural para consolidação e expansão do capitalismo. A opressão se insere na dinâmica sociocultural das sociedades capitalistas dependentes envolvendo um conjunto de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que são inseparáveis dos processos de expansão e intensificação da exploração da força de trabalho nessas paragens. Como observa Paludo (2015, p. 220):

Educação Popular (EP) como campo de conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital.

A educação popular sempre foi vista como prática perigosa pelas elites brasileiras e essas tensões estão longe de serem dissipadas, razão pela qual Paulo Freire tem sido alvo de duros ataques e escrachos. Como observou Gadotti (2088), Freire sempre rebateu as críticas acerca de que sua teoria continha uma visão *messiânica da educação*, enquanto transformadora da sociedade e que, igualmente, também combateu a *concepção fatalista*, que consiste em afirmar que a educação reproduz mecanicamente a realidade. Ao negar, *tanto o messianismo quanto o fatalismo*, podemos depararmos com os limites e as possibilidades da educação, no encontro com sujeitos coletivos e no engajamento de ações que possam enfrentar as superestruturas opressivas da sociedade burguesa.

O avanço da extrema direita em várias partes do mundo traz à cena da disputa política, agendas que visam o extermínio de grupos sociais que, para seus defensores simbolizam uma ameaça aos paradigmas da Nação, da família burguesa e se estabelece uma cruzada anti-gênero contra todas as pessoas que não se encaixam em padrões de sexo, étnico-raciais e heteronormativos. É um projeto ultraconservador, agressivo, autoritário e avesso aos direitos humanos, que por vezes, se apresenta como “anti-sistêmico” com pseudo propositura de “mudar o mundo”, conservando as bases e os mecanismos político-sociais de dominação estabelecidos.

O Brasil teve um presidente eleito em 2018 que ficará para história como aquele que incitou a violência, disseminou discursos de ódio contra mulheres, indígenas, homossexuais, quilombolas, apoiou torturadores e setores pró-ditadura. Diante da ameaça de pautas declaradamente fascistas, antidemocráticas e anticientíficas se torna necessário potencializar o diálogo entre universidade e sociedade para fortalecer a democracia, a ciência e a troca de saberes. São estratégias para resistir aos tempos de retrocessos e recriar a esperança num outro projeto de sociedade em que o lucro não se sobreponha à vida.

[...] Estamos vivendo num país onde a democracia foi aprisionada e a educação sitiada. Nosso grande desafio político pedagógico é conseguir ultrapassar essa onda conservadora e recriar a esperança num projeto de sociedade justa e solidária[...]. Precisamos de novas trincheiras da democracia e da cidadania, valorizando a inclusão, a diversidade, a criatividade. Diante desse retrocesso mental e civilizatório que vivemos, precisamos cada vez mais de debates políticos na universidade. A universidade precisa urgentemente ser protagonista e não ter medo de se expor, de enfrentar as ameaças à democracia. Ao retrocesso devemos responder com a radicalização da democracia. Não será nada fácil. Reconstruir historicamente um projeto de sociedade de iguais, debaixo para cima, nunca foi fácil. E nunca será. Mas, não vejo outro caminho. Não vejo outra saída (GADOTTI, 2017, p. 15).

É com *essa estranha mania de ter fé na vida*, que a segunda seção Relatos de Experiência de Extensão trazem sistematizações de ações de extensão que revelam as tessituras da vida, os modos de ser mais e suas histórias. Em alguns, trata-se de encontros permeados pela dialogicidade com o outro, em processos de desalienação. Mesmo que, ainda todas as experiências aqui trazidas não se expressem a partir de ações do **fazer com** o esforço realizado a partir de teorias distintas que embasam essas formas de fazer extensão universitária evidenciam a boniteza do encontro com os sujeitos coletivos e com a comunidade, necessários em tempos tão duros.

O relato intitulado **Experiências de Extensão na Promoção à Saúde Mental das Juventudes em âmbito acadêmico**, das autoras Cynthia Studart Albuquerque, Amanda Karol de Oliveira Costa e Adriana Alves da Silva aborda os projetos de extensão “*Vai dar bom: juventudes na trilha do bem viver*” e “*Permane(Ser): você não está só*”, desenvolvido respectivamente nos anos de 2019 e 2022, que tiveram como objetivo promover a saúde mental dos estudantes do ensino médio e superior, pertencentes à comunidade interna e externa do IFCE - Campus Iguatu, através de intervenções capazes de minimizar o sofrimento psíquico advindo do cotidiano, especialmente, da vivência acadêmica.

Percorrendo a América Central: realidades Latino-Americanas e a extensão universitária, de autoria de Gislaine Amaral Silva, Fabiana Rita Dessotti e Paula Pereira Garcia, apresenta o programa de extensão Realidades Latino

Americana, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no âmbito da curricularização da extensão por meio do Projeto América Central e nos marcos da “Exposição de Fotos do Projeto América Central”, vinculado às Unidades Curriculares “Organizações Internacionais” e “Economia Internacional” da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN). Para tanto, contempla-se a formação, desenvolvimento dos Projetos, inclusive no contexto da pandemia, o envolvimento dos estudantes a fim de compreender alguns dos sucessos e desafios da curricularização da extensão na universidade.

O relato **Biblioteca Feminista da UNILA**, das autoras Katia Hale, Catalina Robles Dominguez, Samira Souza Viana Brito e Márcia Alves de Souza, aborda o projeto de extensão realizado em parceria com o Programa de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha/UFRJ e com o Centro de Referência em Atendimento à Mulher vítima de Violência, serviço público que compõem a rede socioassistencial do município de Foz do Iguaçu-PR. O objetivo central é o de se apropriar do feminismo, enquanto perspectiva teórica e práticas sociais para enfrentar os ataques e avanços dos valores conservadores da sociedade hetero-patriarcal-burguesa, formando assistentes sociais e discentes para uma atuação coerente com o compromisso ético-político da emancipação humana.

O texto intitulado **Cotidiano das Mulheres na Feira Livre de Miracema do Tocantins: entre vivências, saberes e fazeres**, escrito por Judite Sousa de Almeida e Mariléa Borges Salvador trata-se da sistematização de uma experiência de vivência e pesquisa de fundamentação crítico-dialética, participante, com aparato metodológico da pesquisa bibliográfica e executada pelas técnicas da observação participante e entrevista não-diretiva com mulheres feirantes. Após a sistematização e análise dos dados coletados, se concluiu que na feira as mulheres constroem sua realidade social de condições materiais e subjetivas de vida, satisfação das necessidades básicas e renda familiar.

O Projeto Maturidade (En) Cena: teatro e promoção da saúde na terceira idade no contexto da curricularização universitária, das autoras Laís Cristina da Silva Oliveira, Aline Salles e Renata Patrícia da Silva, trouxe um compilado teórico acerca do projeto, ressaltando que o mesmo, além de atender as diretrizes, princípios e objetivos da extensão, contribuirá para o efetivo cumprimento da curricularização, porquanto servirá como modelo para novas ações extensionistas; para nortear professores; e para a participação dos alunos nas atividades para fins de creditação.

O relato de experiência intitulado **Enfermeiros da Alegria: vivências a partir da estruturação de um projeto de extensão para desenvolver atividades de recreação hospitalar**, de Ana Paula Machado da Silva e Ruhena Kelber Abrão, levantam debates acerca da importância do cuidado humanizado em saúde pela equipe de enfermagem; os benefícios da utilização das estratégias lúdicas na assistência à criança hospitalizada; e a necessidade de utilizar a recreação hospitalar como intervenção de enfermagem, reconhecendo, também, a importância que as atividades de extensão exercem na formação profissional sendo o elo do ensino e da pesquisa com a comunidade.

Promoção da saúde e alimentação saudável: um relato de experiência do PET-Saúde Gestão e Assistência no Município de Miracema do Tocantins, das autoras Juliana Gonçalves, Ana Karoline Da Costa Cruz e Eloise Schott, sistematiza a vivência na feira da saúde, sob a perspectiva do curso de Nutrição, do grupo membro do Programa de Educação pelo Trabalho - Gestão, Assistência e Saúde da Universidade Federal do Tocantins. O grupo é focado em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e foi aplicado durante a ação um questionário de avaliação de marcadores de consumo alimentar, bem como, dadas orientações nutricionais.

O Relato de Experiência em um Projeto Interdisciplinar na Graduação em Serviço Social: a importância da pesquisa e extensão no processo formativo,

trazido por Bianca Neves Arnaud, Eliane de Castro Gomes e Mylvia Masako Anaissi Kikuchi aborda a vivência em um projeto interdisciplinar realizado durante a graduação do curso de Serviço Social, na Faculdade da Amazônia e ressalta o importante papel da pesquisa e da extensão no processo formativo profissional.

Por fim, a experiência inspiradora forjada na trilha da educação popular, **Territórios em cena: o teatro do oprimido como estratégia de extensão universitária e educação popular na política de Assistência em Vitória/ES, Brasil (2022)**, de autoria de Dilécia de Freitas Reis, Laura Locatel Gomes Silveira, Micaela Moreira Silva, Pollyanna Labeta lack e William Berger apresenta as ações desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi) da Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Gerência de Planejamento e Gestão do Sistema Único Assistência Social (GPGS)/Coordenação da Gestão do Trabalho (CGT) e Gerência de Atenção à Família (GAF). Trata-se de um projeto de formação continuada para profissionais de diferentes equipamentos da política de assistência social em Vitória/ES, pensando a desigualdade social em tempos de pandemia de Covid-19, ante violências e violações de direitos, situações de desproteção social. Após a realização do diagnóstico sócio-territorial, optou-se por uma formação em grupos operativos, com os métodos de Paulo Freire e Augusto Boal, a Pedagogia e o Teatro do Oprimido, o pensamento-ação, no diálogo com as necessidades populares, fortalecendo e dando sentido às abordagens no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos territórios.

O presente dossiê também visa preencher a lacuna relacionada a poucas produções existentes acerca do debate sobre a curricularização da extensão, bem como a parca sistematização de experiências de extensão universitária. Diante disso, muitos desafios ainda se colocam quando se fala de experiências de extensão nas universidades brasileiras, pois grande parte dessas se centram no processo de

fazer para. Aspecto que expressa o conservadorismo das próprias IES que estão distantes de criar modos de pensar e *fazer com*.

É fundamental problematizar que as práticas extensionistas, em sua maioria, conservam características mercadológicas e/ou assistencialistas, “que se afastam de ideais de democratização da universidade e de enfrentamento de processos de subalternização impostos pela dinâmica capitalista, bem como, mantidas por sistemas de opressão que interligam racismo, sexismo e desigualdade de classe” (ALVES et al., 2022, p. 36). Nesse entendimento, é necessário

Dialogar diretamente com a realidade dos territórios implica acolher as suas particularidades, sem abrir mão de uma abordagem de totalidade e adensar o debate com questões importantes que vêm sendo discutidas e elaboradas no âmbito das universidades e dos movimentos sociais, como indispensáveis para a apreensão crítica da realidade brasileira como: as relações étnico-raciais, o patriarcado e as relações de gênero e sexualidade, o extermínio contra os povos originários e quilombolas e, fundamentalmente o reconhecimento das lutas anticapitalistas e contracoloniais a partir dos sujeitos reais que as empreenderam historicamente: mulheres e homens escravizados, africanos, indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, das florestas, dos sertões, sujeitos que precisam adentrar o espaço do ensino superior não mais como objetos de pesquisas.

As últimas décadas tem se mostrado desafiadoras para qualquer formação que se pretende estabelecer a crítica social. Precisamos acolher o trabalho protagonizado por professores/as e servidores/as das universidades públicas, preservando sua autonomia, permitindo valorizar os conhecimentos e as experiências de vida dos/as estudantes. A maioria de nossas estudantes são mulheres, mães, trabalhadoras, religiosas, indígenas e racializadas, que são socializadas por uma educação bancária, sexista, racista e avessa à emancipação humana. Para enfrentar a educação burguesa, que reforça e repõe cotidianamente essas formas de ser, requer ação sobre as elaborações teóricas, aproximando os conteúdos, as práticas e as experiências de estudantes com os movimentos sociais e populares, com os territórios de resistência, com os diferentes saberes, com a pluralidade de ideias, com a boniteza do encontro e da comunhão, reavivando e habitando os espaços da luta política e da convivência comunitária. Ocupar as ruas,

as praças, as universidades e semear a esperança de forjar tempos melhores para a humanidade.

Ao finalizar esse editorial nos deparamos com muitas ofensivas contra a classe trabalhadora, em particular contra a população camponesa e os povos indígenas. Muito temos a aprender com esses sujeitos, com suas lutas e formas de (re)existências. Povos que viviam/vivem e disputavam/disputam, conviviam/convivem, conflitavam/conflitam em diferentes modos de produzir vida, necessidades e conhecimento, que contribuem para nosso legado histórico de resistência. Ousamos encerrar com o otimismo da vontade e nos inspiramos na aula do querido professor do Curso de Direito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo de Sousa Júnior, realizada em 14 de junho de 2023 na excrescente CPI do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST):

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar nossas democracias, tantas vezes sequestradas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação protagônica das grandes maiorias, e esse protagonismo excede os procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo da paz e da justiça duradouras nos exige superar o assistencialismo paternalista, nos exige criar novas formas de participação que inclua os movimentos populares e anime as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com essa torrente de energia moral que surge da incorporação dos excluídos na construção do destino comum. E isso com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor.

Agradecemos a todos/as colaboradores/as que compõe esse dossiê, sem vocês este não seria possível. Saudações acadêmicas e extensionistas!

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Documento Preliminar Acerca da Curricularização da Extensão**. 2022. Disponível em <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-produz-documento-preliminar-sobre-a-curricularizacao-da-extensao-460>. Acesso em 30 nov. 2022.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social**. 2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>. Acesso em 10 mar. 2023.

ALVES, Hayda (et al). **Universidade e Extensão como Movimentos Populares: MST, Articulação de Agroecologia Serramar e Quilombos**. In: SOARES, Rai. et al (Orgs.). **Relações Étnico-raciais e práticas insurgentes**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

Brasil. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. [Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências]. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU**. Manaus: ForProex, 2012.

Gadotti, M. (2017). **Extensão Universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>.

Gentili, Pablo. **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

MARRO, Katia. **Serviço Social em movimento: experiências universitárias de trabalho e articulação com movimentos e organizações das classes subalternas na contemporaneidade**. Relatório de Pesquisa, UFF-PURO, Rio das Ostras, 2011 (mimeo).

PALUDO, Conceição. **Educação Popular como resistência e emancipação humana**. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

SANTOS, Alfredo Balduino. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades.** 2020. 264 f. tese (Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga- Portugal, 2020.